



**ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA
DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL E FLORESTAL
- 2016 -**

01 Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, na sala de
02 reuniões da Secretaria de Meio Ambiente, Edifício Sede, no 4º andar, reuniram-se os
03 membros da Câmara de Compensação Ambiental e Florestal do IBRAM: LEOCLIDES
04 MILTON ARRUDA (Presidente da Câmara de Compensação Ambiental e Florestal –
05 CCAF); LUIZ ARISTIDES RIOS LARGURA, representando a Superintendência de
06 Estudos, Programas, Monitoramento e Educação Ambiental – SUPEM; TÂNIA
07 APARECIDA SILVA BRITO, representando a Superintendência de Gestão de Áreas
08 Protegidas – SUGAP; CLEYCIONE CARLOS DA SILVA, representando a
09 Superintendência de Administração Geral – SUAG; ANTÔNIO QUEIROZ BARRETO,
10 representando a Superintendência de Licenciamento Ambiental – SULAM; MAURO
11 ELOI NAPPO, representando a Universidade de Brasília – UnB; GRAHAL BENATTI,
12 representando o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, além
13 dos servidores MARCOS MELO ARRUDA, RICARDO RORIZ e SAMUEL DE JESUS SILVA
14 LIMA, da Unidade de Compensação Ambiental e Florestal – UCAF, no exercício da
15 função de Secretaria Executiva da CCAF, para dar início aos trabalhos da quarta
16 reunião ordinária da Câmara de Compensação Ambiental e Florestal do IBRAM -
17 CCAF do ano de 2016, a qual foi instituída pela Instrução IBRAM nº 130, de 07 de
18 junho de 2016, que teve como pauta destinação dos recursos da compensação
19 ambiental do Aterro Sanitário Oeste, processo nº 391.002.427/2016 e destinação dos
20 recursos da compensação ambiental decorrente da implantação do empreendimento
21 denominado Polo de Modas do Guará. Conferido o *quorum*, foi dado início aos

Ata da 4ª Reunião Ordinária da CCA - 2016



22 trabalhos pelo presidente da CCAF, o Sr. Leoclides Milton Arruda, que iniciou sua fala
23 informando que o representante do ICMBio, o senhor Grahal Benatti, apresentou três
24 propostas para utilização de recursos de compensação ambiental, as quais seguiram
25 o trâmite ordinário de propostas no IBRAM, não havendo tempo hábil para que as
26 mesmas fossem incluídas na pauta da presente reunião. Em seguida, em
27 atendimento à solicitação do chefe da UCAF, o senhor Ricardo Roriz, o presidente
28 fez uma leitura preliminar das propostas apresentadas pelo ICMBio, as quais
29 consistem em proposta para sinalização da Área de Proteção Ambiental do Planalto
30 Central, estudo de diversidade de espécie de *Lepidoptera* na área de cerrado, bem
31 como utilização de recursos compensatórios em ações de comunicação e divulgação
32 da APA do Planalto Central. Quanto à segunda proposta, o senhor Grahal Benatti
33 informou que, além de borboletas serem ótimos indicadores ecológicos, existe uma
34 espécie na região que está ameaçada de extinção, razão pela qual é importante o
35 levantamento de informações sobre ela. Posteriormente, o chefe da UCAF explicou
36 aos membros presentes o fluxo das propostas encaminhadas à UCAF, justificando os
37 ganhos que uma análise preliminar das unidades orgânicas que tratam de assuntos
38 correlatos traz processo, entre outras coisas. A superintendente da SUGAP, a senhora
39 Tânia Brito, explicou que o IBRAM também tem demanda de algumas das ações
40 propostas pelo ICMBio para os parques distritais, incentivando que haja uma
41 cooperação entre os dois Institutos neste sentido. Em resposta, o senhor Grahal
42 Benatti disse que essa cooperação é bem-vinda, mas que algumas das ações
43 propostas têm que focar especificamente a APA do Planalto Central, haja vista o
44 grande desconhecimento da população sobre a existência e importância da referida
45 APA. O presidente do colegiado sugeriu que, por ocasião da análise das propostas
46 pela SUGAP, já sejam apresentadas observações quanto à pertinência das ações
47 conjuntas com o ICMBio. Como informação geral, o chefe da UCAF justificou que,
48 dada a atipicidade do ano presente, com a reformulação do colegiado da CCAF, o



49 baixo número de reuniões realizadas, entre outras coisas, a UCAF não tinha material
50 suficiente para fazer um relatório anual, a exemplo do que fez em anos anteriores,
51 mas que, a partir do próximo ano, os relatórios serão elaborados e apresentados
52 semestralmente ao colegiado, com o primeiro sendo apresentado em Junho de
53 2017. Após as informações preliminares, passou-se à discussão sobre os itens da
54 pauta. O senhor Ricardo Roriz apresentou o primeiro item da pauta, a compensação
55 ambiental do Aterro Sanitário Oeste, em Samambaia, decorrente de licenciamento
56 ambiental de interesse do Serviço de Limpeza Urbana – SLU, cuja proposta de
57 destinação dos recursos, que totalizam setecentos e setenta e um mil, trezentos e
58 dez reais e cinquenta e oito centavos, é para elaboração de Plano de Manejo e
59 elaboração e execução de projeto de delimitação física e sinalização do Parque
60 Ecológico Gatumé. Após discussão acerca dos benefícios que empreendimentos
61 como os aterros sanitários promovem, o professor Mauro Eloi Nappo, representante
62 da Universidade de Brasília - UnB, sugeriu que o método utilizado para calcular o
63 valor da compensação ambiental passasse a considerar também os impactos
64 positivos que alguns empreendimentos causam. O chefe da UCAF afirmou que em
65 possíveis revisões futuras no método, isso também será considerado. Em acréscimo
66 à proposta em discussão, o senhor Ricardo Roriz explicou que existe uma
67 recomendação do Ministério Público para que o IBRAM elabore o Plano de Manejo
68 do mencionado Parque. Quanto ao cercamento e sinalização, o senhor Ricardo Roriz
69 informou também que não há necessidade de que o Plano de Manejo esteja pronto
70 para que estas ações sejam realizadas, uma vez que são emergenciais e vinculadas à
71 segurança da Unidade de Conservação em consideração. O senhor Ramiro Costa, da
72 SUFAM, informou que o Parque Gatumé tem poligonal definida, já sofreu ações de
73 desocupação, mas continua invadido, e perguntou se o cercamento será realizado
74 mesmo antes de uma nova ação de desocupação, sugerindo que, juntamente com a
75 destinação dos recursos, ações de desocupação também sejam realizadas, sob pena



76 de os recursos serem perdidos. O chefe da UCAF explicou que, após a deliberação
77 da destinação dos recursos, o setor responsável pela proposta de destinação poderá
78 definir como se dará a execução dos recursos, inclusive com possíveis parcerias com
79 órgãos como a AGEFIS. A senhora Tânia Brito defendeu que, como o Parque Gatumé
80 já está na Lista do Comitê de Governança para ações de desocupação, a destinação
81 dos recursos em discussão para o seu cercamento é um argumento forte para que
82 ele seja desocupado logo. Após ampla discussão, os membros presentes do
83 colegiado da CCAF votaram, por unanimidade de seus membros presentes, pela
84 aprovação da proposta da COUNI/SUGAP/IBRAM, para que os recursos da
85 compensação ambiental decorrente da implantação do Aterro Sanitário Oeste,
86 processo nº 391.002.427/2016, que totalizam setecentos e setenta e um mil,
87 trezentos e dez reais e cinquenta e oito centavos, sejam destinados para elaboração
88 do Plano de Manejo, execução e elaboração de projeto de delimitação física e
89 sinalização do Parque Ecológico Gatumé, com ressalvas dos senhores Ramiro Costa e
90 Cleycione Carlos sobre a observação referente à execução das ações de
91 desocupação do Parque. Em seguida, iniciaram-se as discussões sobre o item dois
92 da pauta, a destinação dos recursos da compensação ambiental decorrente da
93 implantação do empreendimento denominado Polo de Modas do Guará, de
94 interesse da TERRACAP, processo nº 391.002.215/2016, que totalizam quatro milhões
95 cento e cinquenta e um mil setecentos e quarenta e cinco reais e trinta e um
96 centavos, cuja proposta é para que estes recursos sejam utilizados na elaboração de
97 Planos de Manejo para onze Unidades de Conservação distritais, quais sejam, Parque
98 Ecológico Águas Claras, Parque do Areal, Parque Vivencial do Anfiteatro Natural,
99 Parque de Uso Múltiplo Enseada Norte, Parque Ecológico das Garças, Parque
100 Ecológico Garça Branca, Parque Ecológico Canjerana, Parque Ecológico Península Sul,
101 Parque de Uso Múltiplo Morro do Careca, Parque de Uso Múltiplo do Lago Norte e
102 Parque Ecológico Recanto das Emas. Em sua explicação inicial sobre a proposta, o



103 senhor Ricardo Roriz informou que o empreendimento da TERRACAP não impacta
104 diretamente nenhuma Unidade de Conservação, razão pela que se utilizou o critério
105 da bacia hidrográfica na elaboração da proposta de destinação dos recursos. Como
106 o empreendimento está localizado na bacia hidrográfica do Paranoá, a proposta é
107 que sejam elaborados Planos de Manejo e alguns Projetos Executivos para as
108 Unidades de Conservação já mencionadas acima, as quais estão localizadas dentro
109 da referida bacia hidrográfica, conforme definido juntamente com a TERRACAP. O
110 senhor Mauro Eloi Nappo sugeriu que a replicação dos Projetos Executivos, como
111 por exemplo, de guaritas, que são comuns a todas as Unidades, resultará na
112 diminuição dos custos. O senhor Ramiro Costa apresentou questionamento acerca
113 da situação fundiária dos Parques constantes da proposta, ao que a senhora Tânia
114 Brito respondeu que a Superintendência de Gestão de Áreas Protegidas está
115 concluindo levantamento das principais demandas e gargalos dos Parques e
116 Unidades de Conservação, que somam oitenta e seis unidades, e que, quanto à
117 definição de poligonais, já está em funcionamento no âmbito da SUGAP Grupo de
118 Trabalho integrado por Agentes de Parques e pela TERRACAP que será responsável
119 por esta atividade. Conforme explicação da superintendente da SUGAP, a proposta
120 apresentada é um piloto de uma nova metodologia para resolução dos principais
121 problemas das Unidades de Conservação distritais, juntando em pacotes ações que
122 são basais, como definição de poligonais e elaboração de Planos de Manejo, que
123 são indispensáveis para todas as etapas de implantação das unidades, o que justifica
124 a proposta em discussão. A senhora Tânia Brito acrescentou ainda que, a partir da
125 definição das poligonais, elaboração dos Planos de Manejo e dos projetos
126 executivos, a destinação e utilização dos recursos de compensações serão feitas de
127 forma mais célere. O senhor Ricardo Roriz explicou que muitas das Unidades de
128 Conservação contempladas na proposta e que sofrerão intervenção em virtude das
129 ações de desobstrução da Orla do Lago Paranoá ainda não possuem Planos de



130 Manejo, instrumento fundamental para garantir a proteção das unidades durante as
131 obras. Por fim, após amplo debate, o colegiado da Câmara de Compensação
132 Ambiental e Florestal do IBRAM, por unanimidade de seus membros presentes,
133 deliberou pela aprovação da proposta formulada pela COUNI, para que os recursos
134 da compensação ambiental decorrente da implantação do Polo de Modas do Guará,
135 processo nº 391.002.215/2016, no valor de quatro milhões cento e cinquenta e um
136 mil setecentos e quarenta e cinco reais e trinta e um centavos, sejam utilizados na
137 elaboração de Planos de Manejo para as onze Unidades de Conservação descritas
138 na sequência: Parque Ecológico Águas Claras, Parque do Areal, Parque Vivencial do
139 Anfiteatro Natural, Parque de Uso Múltiplo Enseada Norte, Parque Ecológico das
140 Garças, Parque Ecológico Garça Branca, Parque Ecológico Canjerana, Parque
141 Ecológico Península Sul, Parque de Uso Múltiplo Morro do Careca, Parque de Uso
142 Múltiplo do Lago Norte e Parque Ecológico Recanto das Emas. No encerramento da
143 reunião, o senhor Leoclides Arruda, presidente da Câmara de Compensação
144 Ambiental e Florestal do IBRAM - CCAAF, afirmou que o ano de 2016 foi marcado
145 pelo início de uma nova fase na CCAAF e que a entrada de atores externos tende a
146 contribuir grandemente para os debates, na alocação dos recursos das
147 compensações e, por conseguinte, na melhor gestão das Unidades de Conservação.
148 Definiu-se ainda que a primeira reunião da CCAAF do ano de 2017 será no dia 16 de
149 fevereiro, às 15 horas, na sala de reuniões da SEMA, edifício sede do IBRAM, 4º
150 Andar. Nada mais foi dito nem discutido. Eu, Samuel de Jesus Silva Lima, servidor
151 lotado na UCAF e, portanto, membro da Secretaria Executiva da CCA/IBRAM,
152 Instrução IBRAM nº 130, de 07 de junho de 2016, redigi a presente ata, que, lida e
153 aprovada, segue rubricada e assinada por todos os membros titulares que
154 participaram da Terceira Reunião Ordinária da CCA de 2016, além dos representantes
155 da SECCAF.



LEOCLIDES MILTON ARRUDA

Presidente da Câmara de Compensação Ambiental e Florestal

CLEYCIONE CARLOS DA SILVA

Superintendência de Administração Geral – SUAG
Membro titular

LUIZ ARISTIDES RIOS LARGURA

Superintendência de Programas, Estudos, Monitoramento
e Educação Ambiental– SUPEM
Membro titular

TÂNIA APARECIDA SILVA BRITO

Superintendência de Gestão de Áreas Protegidas – SUGAP
Membro titular

ANTÔNIO QUEIROZ BARRETO

Superintendência de Licenciamento Ambiental – SULAM
Membro titular

MAURO ELOI NAPPO

Universidade de Brasília - UnB
Membro titular

Ata da 4ª Reunião Ordinária da CCA - 2016



GRAHAL BENATTI

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Membro titular

RAMIRO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA

Superintendência de Fiscalização Ambiental - SUFAM
Membro titular

MARCOS MELO ARRUDA

Secretaria Executiva da Câmara de
Compensação Ambiental e Florestal – SECCAF

RICARDO RORIZ

Secretaria Executiva da Câmara de
Compensação Ambiental e Florestal – SECCAF

SAMUEL DE JESUS SILVA LIMA

Secretaria Executiva da Câmara de
Compensação Ambiental e Florestal – SECCAF

Ata da 4ª Reunião Ordinária da CCA - 2016

